

A
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

REFERENTE: RECURSO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2015 FMS

Prezados Senhores,

OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita CNPJ sob o nº 03.033.589/0001-12, com sede na Via Expressa Paul Fritz Kuehnrich, nº 1515 - Itoupa Norte, cidade de Blumenau/SC, telefone (47) 3144-9700, empresa contratada para o fornecimento materiais médico hospitalar, por sua representante legal Sra. **DEISE EVANI PEREIRA WANDAL** brasileira, portadora do CPF nº 775.898.829-68, vem, mui respeitosamente apresentar **RECURSO**, pe incluídas razões que a seguir expõe, certo de que V.Sas. levará em consideração as fundamentac justificativas abaixo transcritas, a saber:

Inicialmente, quer a licitante, em autenticas demonstrações de respeito por este Órgão e idoneidade e lisura de comportamento por parte desta licitante. O histórico comercial desta licitante, só abo suas atitudes, sempre pautadas nos dispositivos legais vigentes e no espírito de colaboração e integração q devem embasar todas as relações contratuais.

O presente recurso refere-se ao item **5.5.2.1 Caso o licitante seja apenas Distribuidor, deve apresentar AFE do Fabricante.**

Cientes destas circunstâncias quer a contratada alegar que:

- A interpretação dos termos do Edital não pode conduzir a atos que acabem por malferir própria finalidade do procedimento licitatório, restringindo o número de concorrentes e prejudicando escolha da melhor proposta.
- A inabilitação mostrou-se desarrazoada, medida esta empregada pela municipalidade por ape excessivo ao formalismo, ocasionando, possível malferimento a própria administração, razão pela qual, entendimento do Magistrado de piso revela-se escorreito.
- Não se deve exigir excesso de formalidades capazes de afastar a real finalidade da licitação, seja, a escolha da melhor proposta para a Administração em prol dos administrados.
- Repudia-se o formalismo quando é inteiramente desimportante para a configuração do ato.
- Não se pode admitir que sejam feitas exigências inúteis ou desnecessárias à licitação; que

anule procedimento ou fase de julgamento; inabilite licitantes ou desclassifique propostas, quando diante de simples omissões ou irregularidades na documentação ou proposta que, por sua irrelevância, não causem prejuízo à Administração ou aos licitantes. Notadamente, diante da posição pacífica do Supremo Tribunal Federal, que já decidiu que “Em direito público, só se declara nulidade de ato ou de processo quando da inobservância de formalidade legal resulta prejuízo”.

• Certo que a Administração, em tema de licitação, está vinculada às normas e condições estabelecidas no Edital, e, especialmente, ao princípio da legalidade, não deve, contudo, em homenagem ao princípio da razoabilidade, prestigiar de forma exacerbada o rigor formal.

O falta da apresentação da Autorização de Funcionamento dos fabricantes de forma alguma trouxe prejuízos à regularidade da licitação, tratando-se assim de um excesso de formalidade.

Nossa empresa apresentou todos os documentos comprobatórios para a habilitação e vale ressaltar que todos dentro das validades e regulares nos órgãos regulamentadores.

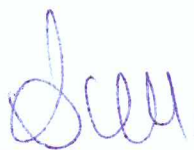
Com a inabilitação de nossa empresa, fica claro que ocorreu prejuízo para este órgão, pois sagrou-se vencedores várias empresas com os valores extremamente acima do nosso ganho naquele momento, antes da inabilitação.

Nos editais anteriormente abertos por esse conceituado órgão, nunca havia sido exigido tal documento, e nem por isso, esse órgão saiu-se prejudicado, ou seja, documento irrelevante, sem finalidade habilitatória, somente por excesso de formalidade. A não apresentação de tal documento não prova que o licitante esteja irregular em qualquer esfera, Municipal, Estadual ou Federal, não afetando em qualquer instância, o comprometimento da licitante.

Diante do exposto, vimos através deste solicitar a esta conceituada Comissão de Licitação requeira que seja avaliado nosso recurso, e posterior habilitação de nossa empresa.

E por ser expressão de fé e verdade, assino a presente.

Blumenau, 11 de Março de 2015.



Deise Evani Pereira Wandall

Sócia Gerente

CPF: 775.898.829-68

RG: 2.799.186

03.033.589/0001-12

OLIMED MAT. HOSPITALAR LTDA.

VIA EXPRESSA PAUL FRITZ KUEHNRIICH, 1515
ITUUPAVA NORTE – CEP 89052-381
BLUMENAU – SC

PARA:

CNPJ: 11.474.080/0001-33

PREFEITA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

JOÃO EMILIO, 100

CENTRO – NAVEGANTES - SC

CEP: 88375-000

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO



1720 1642

OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.

Rua Fernando de Souza e Silva, 1199 - Iloupava Norte - 89052-475 - Blumenau - SC